

**PRÁTICAS POLÍTICA NO MUNICÍPIO DE CÍCERO DANTAS 1945-1962:  
A Utilização de “Velhas” Práticas na “Nova” Democracia.**

**André Santana Oliveira<sup>1</sup>**

**RESUMO**

Esta comunicação Tem como objetivo problematizar período de 1945-1964, “chamado de intervalo democrático”, mostrar que, ao contrário de alguns autores que saudaram este período como democrático e de algum modo favorável à cidadania, Cícero Dantas apresenta alguns indícios de que persistiam as velhas práticas políticas oriundas da chamada “república velha” explicitamente negadas e combatidas tanto pelos políticos de então como pelos historiadores de hoje. Discutiremos as eleições em Cícero Dantas BA de 1945 – 1962 a partir do conceito gramsciano de Estado ampliado (sociedade civil e sociedade política). Abordaremos a atuação da família Vieira de Andrade e dos partidos políticos (PSD e UDN) nestes momentos de acirramento nas disputas políticas (eleições).

**Palavras chaves:** Democracia 1945-1962, Cícero Dantas, Eleições.

**INTRODUÇÃO**

Esta comunicação faz parte da pesquisa em desenvolvimento intitulada Práticas política em Cícero Dantas na trajetória do padre Renato de Andrade Galvão (1945 – 1965). Tem como objetivo problematizar período de 1945-1964, “chamado de intervalo democrático”, mostrar que, ao contrário de alguns autores que saudaram este período como democrático e de algum modo favorável à cidadania, Cícero Dantas apresenta alguns indícios de que persistiam as velhas práticas políticas oriundas da chamada “república velha” explicitamente negadas e combatidas tanto pelos políticos de então como pelos historiadores<sup>2</sup> de hoje.

Discutiremos as eleições em Cícero Dantas BA de 1945 – 1962 a partir do conceito gramsciano de Estado ampliado (sociedade civil e sociedade política). Problematizaremos a concepção liberal de Estado (“natural” e com a separação entre

Estado e Sociedade), principalmente no que se refere à questão da cidadania. Sendo assim abordaremos a atuação da família Vieira de Andrade e dos partidos políticos (PSD e UDN) nestes momentos de acirramento nas disputas políticas (eleições). Utilizamos como fontes o Livro de Tombo da Igreja Católica de Cícero Dantas, atas das eleições do Tribunal Regional Eleitoral referente ao município de 1950 a 1962, e cartas enviadas de sujeitos que fazia parte deste “universo político” para Dantas Junior (o apoio político da UDN no município).

Começar discutindo o conceito de Estado Por não ser o tema principal deste ensaio não pretendo fazer uma grande discussão a esse respeito, pretendo apenas mostrar a concepção gramsciana de Estado que adotamos.

Diferente da concepção liberal. O Estado em Gramsci é a relação dialética da Sociedade Civil, o espaço onde se articula instituições privadas e interesses individuais e se expressam os interesses universais e contraditórios, com a Sociedade Política, ou o Estado no sentido restrito do termo, ou seja, os organismos coercitivos do aparelho burocrático-militar de dominação política, e tem como característica o consentimento mais coerção.

Uma das principais diferenças nas concepções de Estado diz respeito ao conceito de Sociedade Civil onde a concepção liberal contrapõe esta ao Estado ou focalizada no interesse, da propriedade e do mercado. Em Gramsci a Sociedade Civil é uma parte do Estado no sentido amplo do termo, é ligada a questão da luta entre as classes sociais.

Esta comunicação apesar de ter um tom de polêmica é fruto de uma pesquisa em andamento. Por isso não tem a intenção de concluir o debate, nem de apresentar teses sobre o tema. Levantamos a polêmica com objetivo de fomentar o debate sobre o tema visando aprender a partir dele.

### **Problematizando a democracia e a cidadania no período 1945-1964**

Autores nos quais podemos perceber influências (desiguais) do pensamento liberal como Jorge Ferreira, José Murilo de Carvalho e João Rocha destacam a formação da democracia e da cidadania no país. Para eles não cabe mais a discussão da luta de classes e da transformação do Estado liberal. Problematizaremos esta concepção e para isso começaremos apresentando alguns dos seus argumentos, principalmente os

apresentados por José Murilo de Carvalho em seu livro “cidadania no Brasil: um longo caminho”.

Começaremos mostrando o que José Murilo de Carvalho define como cidadania: um fenômeno historicamente definido que inclui varias dimensões; direitos civis, direitos políticos e direitos sociais. O autor define os direitos civis como os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. São eles que garantem as relações civilizadas entre as pessoas e a própria existência da sociedade civil surgida com o desenvolvimento do capitalismo. Os direitos políticos se referem a participação do cidadão no governo da sociedade. É limitado a uma parcela da população e consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar, de ser votado. Em geral quando se fala do direito político é do direito do voto que se esta falando. Os direitos sociais são os que garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem o direito a educação, saúde, ao trabalho etc. sua garantia depende da existência de eficiente máquina administrativa do poder executivo.

Baseado nestes três direitos o autor fez diferenças entre os “cidadãos”. Adotou o “cidadão pleno” como um tipo ideal que é aquele que possui todos os três direitos, e apresenta outros dois tipos de cidadãos: o incompleto que possui apenas alguns do direitos; e o não-cidadão que não possui direitos<sup>3</sup>.

O período de 1945-1964 foi discutido por alguns destes autores. Lucilia Delgado afirma que:

O período de 1945 a 1964 pode ser considerado, sem sombra de dúvida, como um dos mais democráticos da experiência republicana brasileira. Os partidos que nele atuaram animaram a prática da cidadania política, através das articulações, embates eleitorais, manifestações claras dos dissensos, estabelecimento de relações com a organização da sociedade civil, articulação de alianças mais permanentes tanto no congresso nacional como nas assembleias legislativas, câmaras de vereadores e formação de coligações conjunturais<sup>4</sup>.

Para João Rocha Sobrinho<sup>5</sup> neste período houve um primeiro momento de construção da democracia brasileira, eleições regulares e ininterruptas. Porém o analfabetismo e a pouca politização da classes trabalhadora em formação, e o populismo dificultaram a luta pelo exercício da cidadania.

José Murilo de Carvalho afirma, ao abordar os direitos políticos, que o ano de 1945 deu inicio à primeira experiência que se pode chamar de democrática no país e a

partir daí o voto popular começou a ter peso. Assim, para ele, a constituição de 1946 manteve as conquistas sociais e garantiu os direitos civis e políticos.

Até 1964, houve liberdade de imprensa e de organização política. Apesar das tentativas de golpes militares, houve eleições regulares para presidente da república, senadores, deputados federais, governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores. Vários partidos políticos nacionais foram organizados e funcionaram livremente dentro e fora do congresso, à exceção do partido comunista<sup>6</sup>.

Para ele a partir de 1945 a participação do “povo” na política cresceu tanto na participação eleitoral como na participação em partidos. Apresenta como exemplo a eleição de 1962 que teria a participação de 26% da população. As práticas políticas ele apresenta como longe da perfeição principalmente pelas fraudes no período: compra de voto e coerção de eleitores. Porém fazia-se grande progresso em direção a uma eleição menos fraudulenta, isso facilitado pela rápida urbanização do país. Essas características representavam um aprendizado democrático que precisava de tempo para se consolidar, mas que caminhava. Apresenta como exemplo deste amadurecimento a evolução partidária: esse foi o primeiro período que houve partidos nacionais de massa, que possuíam programas definidos. Eram 12 partidos nacionais, sendo os principais o Partido Social Democrático, Partido Trabalhista Brasileiro e a União Democrática Nacional.

Todos estes autores apresentam o período de forma positiva e tratam o golpe civil militar de 1964 como uma interrupção a esse processo de experiência democrática e da formação de uma cidadania. E como tentamos demonstrar todos eles escolhem o problema da cidadania para discutir o período. Com isso podemos destacar a visão, defendida por estes autores, de que a luta se dá por uma cidadania plena e com isso uma melhor democracia. A história das lutas sociais se transformaria numa história da luta pela cidadania.

Utilizamos Gramsci para fazer a crítica a essa forma liberal de interpretação. Para isso começaremos discutindo a partir de dois conceitos gramsciano o de “Grande política” e “pequena política”: a grande política “compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, a luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômicas-sociais”; a pequena política “compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de

uma mesma classe social”. Mostramos estes conceito para chamar a atenção para o fato que a discussão que gira em torno da cidadania se identificaria com a pequena política e o que os liberais fazem é excluir a grande política dos embates transformando tudo em uma luta por reforma. É necessário destacar que ao fazer isso esses autores estão fazendo “grande política”, ou seja, defendendo as estruturas atuais<sup>7</sup>.

Uma alternativa a essa interpretação da cidadania é a utilização da “hegemonia”, que Gramsci caracteriza:

Pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrario, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos de opinião pública – jornais e associações – os quais por isso em certas situações, são artificialmente multiplicados<sup>8</sup>.

Com esse conceito de hegemonia podemos afirmar que a democracia burguesa, de que o período 1945-1964 seria um exemplo no Brasil, segundo os liberais, é uma forma de se organizar a dominação de classe no Brasil no período.

### **As eleições em Cícero Dantas: atuação da família Vieira de Andrade e dos partidos PSD e UDN.**

As eleições no município de Cícero Dantas seguem um pouco a linha que José Murilo de Carvalho traçou acima. Porém apesar de existirem dois partidos (PSD e UDN) disputando as eleições no município o poder era mantido na mão da mesma família por quase todo o período.

Essa dominação era refletida nos dois partidos, pois em ambos haviam sujeitos desta mesma família. Este fator também poder ser explicado pela conformação destes partidos. A formação da UDN como uma frente e a sua organização como partido é marcada por contradições, existiam na UDN teses liberais e progressistas convivendo com teses reacionárias e antidemocráticas, com isso as suas bases sociais são caracterizadas como classe média e ao mesmo tempo das oligarquias rurais, se dividia nas zonas urbanas as classes medias liberais e nas zonas rurais os coronéis conservadores. O PSD é definido como um partido em que convivem lideranças tradicionais atentas a reivindicações das bases do interior e lideranças mais jovens

voltados para as demandas do emergente eleitorado urbano. Essa aproximação das bases dos dois partidos ajuda a entender o problema em Cícero Dantas.

No município as executivas dos partidos em 1950 eram:

União Democrática Nacional (município de Cícero Dantas)

- João da Costa Borges – presidente;
- Jovelino Pereira dos Santos – vice presidente;
- Roldão Souza Pimentel - 1ª secretário;
- Joaquim Cardoso Sobrinho – 2ª secretário;
- **Abelardo Vieira de Andrade – Delegado;**

Partido Social Democrático (município de Cícero Dantas)

- Antonio Ferreira de Oliveira Brito – presidente de honra;
- João Gonçalves de Sá – presidente de honra;
- Augusto Correia de Souza – presidente;
- **Manoel Vieira de Andrade – vice presidente;**
- João de Carvalho Nilo – 2ª vice presidente;
- Pedro Augusto Santana – 3ª vice presidente;
- Jose Sales do Amaral – 1ª secretário;
- Domingos Bitencourt do Nascimento – 2ª secretário;
- Pedro Macario de Carvalho – 3ª secretário;
- **Manoel Vieira de Andrade - delegado<sup>9</sup>**

Chamamos atenção para os cargos de delegado, onde consta da UDN Abelardo Vieira de Andrade, e do PSD Manoel Vieira de Andrade, o segundo sendo tio do primeiro, ou seja, a mesma família como delegados de partido diferentes. O que é um indício da formação de um poder político exercida pela família Vieira de Andrade no município.

Vamos mostrar um pouco da estratégia utilizada por esta família para se manter no poder no período. Partindo do que já foi discutindo anteriormente sobre a política e as eleições neste período. vale apenas uma breve apresentação das regras do jogo no período. Com fim do Estado Novo em 1945 Vargas baixou um decreto de lei regulamentando as eleições a Lei Agamenon. A constituição de 1946 definiu:

O direito de voto para os alfabetizados maiores de 18 anos e a obrigatoriedade do alistamento, que poderia acontecer de duas formas: por iniciativa do cidadão ou automaticamente (ex-officio) (...) O presidente e o vice-presidente eram eleitos simultaneamente por maioria simples, mais em pleitos independentes, o mandato presidencial durava 5 anos, sem a possibilidade de reeleição imediata. Cada estado elegia por maioria simples 3 senadores para um mandato de 8 anos; as cadeiras eram renovadas a cada quatro anos, alternadamente por um e por dois terços. A câmara dos deputados era eleita para um mandato de quatro anos. Os mandatos dos governadores variavam de quatro a cinco anos, segundo a constituição dos estados<sup>10</sup>.

O novo código eleitoral de 1950 acabou com alistamento ex-officio, agora todo cidadão maior de 18 anos era obrigado a ir até o cartório eleitoral para tirar o título de eleitor. A partir de 1955 foi criada a folha individual de votação, que continha informações de cada eleitor e obrigava-o a votar em uma única seção. Também se adotou uma cédula oficial, que passou a ser confeccionada e distribuída pela justiça eleitoral, a partir de então os eleitores passaram a ter que preencher a cédula na seção eleitoral. A partir destas novas regras os sujeitos políticos no município foram adaptando as suas práticas buscando se manter no poder.

Estas relações aparecem no município de Cícero Dantas durante o período estudado (1945-1964), principalmente em cartas endereçadas a Dantas Jr. como a enviada por Francisco de Souza Vieira de Andrade em 1949:

Pela publicação no diário oficial vi que João Batista de Andrade meu sobrinho e Daniel meu neto foram aprovados, de forma que amigo poderá nomear aquele para Antas e este para o ponto que não seja fora das ronas, pois são as pessoas por quem mais me interessa, e será um dos seus actos dispensados a minha pessoa que mais agradeço pois além de confiar os mesmo são meus sobrinho e neto.

Corre boatos por aqui que vai ser nomeado delegado regional daqui, primeiramente apareceu o nome do Major Dourado, e segundo o Antonio Herculano dizendo-se fazer política para o Dr. Oliveira.

Os adeptos deste propalam que ele dispõe de eleitorado para se eleger deputado federal e dois deputados estaduais e que o fantasma do Geremoabo já esta na rabadilha.

Veja como são as coisas!

Torno a me lembrar que faça o possível para este município não qualificar eleitores em Paripiranga, pois aqui é o maior sacrificio que fazemos à fazer qualificação ali, não somente por que não temos ligação de espécie alguma e o Juiz é como o amigo não ignora.

(...)

Tenho acompanhado pelos jornais e rádios os movimentos políticos relativos a sucessão presidencial porém não se pode tomar um ponto firme onde possa ter firmeza no resultado.<sup>11</sup>

Com essa carta podemos perceber um pouco das relações clientelísticas, onde um político “local” solicita favores, como nomeação de cargos, ao seu aliado no cenário estadual, além de solicitar intervenção deste para mudar o local de qualificação dos eleitores visando o melhor para o seu grupo político nas eleições. Estas são um pouco das práticas empregadas pela família Vieira de Andrade para se perpetuar no poder durante este período.

Assim a eleição municipal de 1950 teve como resultado: para prefeito o candidato Abelardo Vieira de Andrade (UDN) obteve um total de 1.481 votos, com o

candidato Antônio Gonçalves de Carvalho (PSD) com 1.206 votos; para a câmara dos vereadores a UDN obteve um total de 1.456 votos – conquistando assim sete cadeiras na câmara -, o PSD obteve um total de 1.222 votos – conquistando assim cinco cadeiras na câmara-<sup>12</sup>.

Nas eleições municipais de 1954 o poder político da UDN continua, elegeu o prefeito João Batista de Andrade Souza, faz parte da família Vieira de Andrade, com 1.374 votos e obteve a maioria na câmara ocupando quatro cadeiras. Nesta eleição temos o relato do padre Renato de Andrade Galvão neste momento aliado da UDN e da família Vieira de Andrade que descreve o dia da eleição assim:

Em Monte Alverne nosso reduto não houve praticamente eleição já o previa e assim é que forneci copias ao delegado do partido um termo de responsabilidade aos presidentes. Escolheram para dirigir pessoas incapazes. Os trabalhos estiveram paralisados até as 15 horas. Os presidentes não sabiam abrir e dirigir os trabalhos. o delegado João Neves e o soldado João só deixavam votar quem mostrasse as chapas, isso dentro do recinto. Suspenderam os trabalhos pela manhã e espalharam notícias de forças e com pânico o povo fugiu. O promotor e o candidato levaram um tal oficial ( não foi José Rufino) ao local. para 600 eleitores houve apenas 3 horas de funcionamento. O delegado punha sobre-cartas nos ... e até selecionava e trocava as chapas. A mulher do soldado como presidente e o mesmo fazia o que queria. Previa tudo isso e até pedi forças federais. Dormiram e o resultado ai está. As 18 horas o presidente da outra seção (gente nossa) foi intimado pelo delegado a suspender novamente os trabalhos.

Alguns e em pequeno número foram trazidos para a sede. Avelina e Benigno acham que o remédio é a nulidade da sessão. José Lino pensa assim também. O diretório pediu um advogado a Dr. Cícero. Nem se deve apurar. Não houve eleições e deve haver renumeração geral em tempo oportuno. O povo dali é o mais certo que se possa desejar.

Prof. Albertina foi ameaçada pelo promotor dentro do recinto da 1ª seção.

Mande com urgência João Carlos para colher dados sobre o recurso de nulidade. Se alguns votaram na sede ( um terço) e Benigno acha que foi menos, esses não votaram mais por que os títulos estão em cartório porque votaram em separado.

A UDN reclama uma assistência decidida ao caso e espera que o recurso seja urgente e bem fundamentado, necessitando a vinda urgente de um advogado.

Não sei até quando esta terra sofrerá o aguilhão do indesejável Prt. Herculano.<sup>13</sup>

Dessa descrição do padre podemos perceber o nível das disputas políticas em Cícero Dantas e algumas das estratégias utilizadas para conseguir a maioria dos votos e para impedir eleitores adversários de participarem das eleições. Podemos perceber também um pouco do clima conturbado que gira em torno do processo eleitoral. O



Herculano, que é tão citado nesta carta, é promotor do município neste momento e também fazia parte do Partido Social Democrático. O que podemos afirmar com esses dados é que na eleição de 1954 não se alterou o quadro local de disputa de poder, apesar da chegada do PTB conseguindo ocupar uma cadeira na câmara de vereadores, a polarização continua UDN X PSD com vantagem para UDN.

As eleições no município em 1958 mostram que a UDN voltou a crescer na política local e novamente Juracy Magalhães, Dantas Junior e Abelardo Vieira de Andrade demonstram força eleitoral. O diferente nesta eleição foi à participação de um dos políticos locais concorrendo à eleição para membro da assembleia legislativa estadual Acioly Vieira de Andrade obtendo o total de 1.414 votos a maioria absoluta dos votos do município e conquistando uma diferença razoável em relação ao candidato do PSD. Acioly Vieira de Andrade consegue se eleger deputado assim podemos notar uma tentativa da família Vieira de Andrade de crescer politicamente, e o aumento do prestígio dentro do partido.

As eleições municipais de 1962 foi aonde veio a maior surpresa. A UDN que se manteve no poder da política local durante todo o período estudado nesta eleição é derrotada pelo PSD na figura do Padre Renato Galvão que obteve um total de 1.700 votos contra 1.557 votos do seu adversário udenista João Reis. Além disso pela primeira vez a UDN terá que dividir o poder na câmara municipal, pois cada partido conseguiu seis cadeiras. Sobre esta eleição o candidato vencedor, o então padre Renato de Andrade Galvão, descreve a sua vitória:

Depois de nosso encontro em Curaçá, voltei diretamente para Cícero Dantas disposto realmente a renunciar a candidatura e afastar-se da região. Procurei substituto e não encontrei. Vivi então o maior drama da minha vida. Dei ciência a todos da minha resolução de obedecer e acatar as suas ordens. A cidade ficou sem dormir aquela noite, em verdadeiro tumulto, fez-se tumulto entre o povo focalizando praticamente a vida do município. Operários da rodagem ameaçavam greves, o ginásio entrou em colapso por falta de professores, a mocidade foi para as ruas e os ânimos se exaltaram (...) temia-se até pela vida dos meus opositores que eram acusados de gestões junto ao bispado. Recebi representações do distrito com levas de lavradores, comissões de senhoras e verdadeira consagração popular(...) No íntimo preferia uma derrota já que a morte não vinha ao meu encontro. (...) foi exibido pelo meu concorrente um telegrama, que se diga de passagem descambou para embriagues, explorando a condição de compadre de V. Excia, em suposto apoio; o que jamais dei credito. (...) para dizer-lhe que me fizeram prefeito contra tudo e contra todos, até contra a minha própria vontade, derrubando uma velha oligarquia de cem anos, com latifundiários que tomaram terras dos pobres. (...) foi um movimento eminentemente popular, dos pequenos e dos humildes, (...) marchas populares foram

cantadas em todas as feiras e no dia da vitória ou da minha derrota, de Alagoinhas até Paulo Afonso, em dez cidades, houve festas populares<sup>14</sup>.

Com esta carta podemos observar um pouco do ambiente político no período descrito pelo candidato vitorioso tentando justificar a sua posição diante do seu superior o bispo diocesano. Porém apesar desta derrota a família Vieira de Andrade se mantém como protagonista das disputas políticas no município. O que podemos observar é a permanência de relações clientelísticas e mandonistas com uma ressignificação, no qual aparecem sujeitos atuando politicamente utilizando das velhas práticas políticas com novas roupagens, a partir de novas regras para o jogo político e de uma nova conjuntura nacional e estadual.

### **Considerações Finais**

Com esta discussão procuramos problematizar o período 1945-1964, principalmente algumas interpretações, autores que podemos identificar influências de uma concepção liberal, que apresentam este período como intervalo democrático e como um momento de ampliação da cidadania no país. Procuramos definir o que se chamou de democracia no período de 1945-1964 como uma experiência de uma democracia burguesa, que aparecem diversas práticas oriundas da república velha. E concluímos tentando mostrar um pouco destas práticas utilizadas pela família Vieira de Andrade visando se manter no poder durante quase todo o período estudado no município de Cícero Dantas.

### **Notas**

---

<sup>1</sup> André Santana Oliveira, Mestrando em História na Universidade Estadual de Feira de Santana. Graduado em História na Universidade estadual de Feira de Santana. Pesquisador do LABELU. Bolsista Capes. E-mail: andre\_santana2004@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Neste momento fazemos referência aos historiadores José Murilo de Carvalho e Jorge Ferreira.

<sup>3</sup> José Murilo de Carvalho usa como referência para essa divisão da cidadania em direitos um autor chamado T. A. Marshall que além de dividir propôs uma sequência para a evolução destes direitos: 1ª direitos civis; 2ª direitos políticos; 3ª direitos sociais.

<sup>4</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafio e conflitos na democracia*. In: FERREIRA, Jorge.; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Organizador). *O Brasil Republicano: livro 3 : o tempo da experiência democrática : da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. P. 151 e 152.

<sup>5</sup> ROCHA SOBRINHO, João. *História do exercício da cidadania no Brasil*. Feira de Santana. 2010.

<sup>6</sup> CARVALHO, Jose Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 12. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2009. P. 127.

<sup>7</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, vol. 3*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007. P. 21

---

<sup>8</sup> Idem p. 95

<sup>9</sup> Livro de registro dos diretórios estaduais, municipais dos partidos político, que se encontro no TRE de Cícero Dantas.

<sup>10</sup> NICOLAU, Jairo Marconi. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004; p. 47.

<sup>11</sup> Carta enviada por Francisco de Souza Vieira de Andrade no dia 30 de junho de 1949 à Dantas Junior. Esta localizado no CEDIC com o número da chamada DJ/4sf.cp0015.

<sup>12</sup> Estas informações foram retiradas do Livro de atas da apuração eleitoral de Cícero Dantas.

<sup>13</sup> Carta enviada por padre Renato Galvão à Dantas Junior no dia 4/ 10/ 1954 às 23 horas onde também afirma “o pleito na sede funciona ainda a esta hora”. Esta localizada no CEDIC

<sup>14</sup> Livro de tombo II da Igreja Católica de Cícero Dantas p. 96.